

Dulce Magalhães: caminhos cruzados¹

Texto apresentado no âmbito da sessão de entrega do “Prémio Dulce Magalhães” de dezembro de 2023.

Gaspar Martins Pereira

Professor aposentado do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Caras e caros colegas e estudantes,

Permitam-me, antes de mais, que comece por agradecer ao Departamento de Sociologia da FLUP o convite para participar nesta sessão de entrega do «Prémio Dulce Magalhães». Quando o Professor Virgílio Borges Pereira me fez o convite, tinha consciência de que pouco ou nada de novo poderia dizer num encontro de sociólogos. Mas a memória saudosa da Dulce encarregou-se de responder por mim...

Por isso, aqui estou com muito prazer, pedindo-lhes a Vossa compreensão para as minhas palavras, que são as de um historiador andarilho, que sempre defendeu o diálogo, e até a vagabundagem transdisciplinar, entre todos os campos do conhecimento, e sobretudo entre todas as ciências sociais, em particular, entre a História e a Sociologia. Não o «diálogo de surdos», a que se refere Peter Burke², mas o que decorre da sua proposta de «uma história social ou uma sociologia histórica — a distinção é irrelevante — que deve estar relacionada tanto com a compreensão de dentro como com a explicação de fora; tanto com o geral como com o particular; e que consiga combinar o sentido apurado para a estrutura do sociólogo como o igualmente penetrante sentido de mudança do historiador»³.

Quando conheci a Dulce, há uns bons 35 anos — ela jovem socióloga, do grupo dos novos docentes do recém-formado curso de Sociologia da FLUP, liderado pelo Prof. Teixeira Fernandes desde a sua fundação em 1985; eu, poucos anos mais velho, historiador em busca de caminhos novos na História Social, que trocara, nesse ano de 1987, a Faculdade de Economia pela de Letras —, muitas das nossas conversas giraram em torno dessa relação problemática no seio das Ciências Sociais, das perspectivas de historiadores e sociólogos sobre temas comuns e de como poderiam conjugar-se. E também sobre o papel social dos académicos, a abertura do saber universitário à sociedade, a eficácia social do ensino superior e da investigação.

¹ O presente texto encontra-se redigido de acordo com o antigo Acordo Ortográfico.

² BURKE, Peter — *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 9.

³ Idem, *ibidem*, p. 26.

Entre 1984 e 1987, eu tinha integrado o grupo de Ciências Sociais da Faculdade de Economia, liderado pelos Professores Armando de Castro e José Madureira Pinto, tendo como colegas mais velhos António Joaquim Esteves, António Almodôvar, Fátima Brandão e Augusto Santos Silva, sociólogos e historiadores, com quem partilhava boa parte das minhas preocupações sobre o papel da Universidade e das Ciências Sociais. Os meus impulsos de «cidadania activa», descomprometida mas empenhada na liberdade do «pensamento crítico», levavam-me a recusar as fronteiras, por vezes muros, entre a Universidade e a sociedade, assumindo que os problemas de ambas se entrecruzam e se contaminam.

Por essa altura, entre finais da década de 1980 e inícios da seguinte, de forma ainda sub-reptícia, a submissão a lógicas empresarialistas, o empreendedorismo, a desvalorização das humanidades e do pensamento crítico ou o enfraquecimento do espírito de comunidade começavam a afectar tanto a sociedade no seu conjunto como a Universidade, esmorecendo valores democráticos que a minha geração dera por adquiridos.

Eram sinais que nos preocupavam, enquanto tentávamos trilhar caminhos novos nas nossas áreas científicas. Entre a velha e a nova Faculdade, cruzava-me, a cada passo, com a Dulce e partilhávamos ideias e dúvidas sobre os temas e os trabalhos que tínhamos em mãos, e também sobre a instituição e o nosso papel como docentes e investigadores. A Dulce procurava compreender práticas sociais, desde o lazer (1991) à alimentação (1994), a sua diferenciação social e as trajectórias intergeracionais, enquanto eu enveredava pelos caminhos largos e inseguros da História Social, em especial pela História da Família, no âmbito do meu doutoramento (1993), em que mantive contactos frutuozos com os sociólogos e as sociólogas não só da FLUP mas também do Instituto de Ciências Sociais, de Lisboa, nomeadamente a Ana Nunes de Almeida e a Karin Wall, que me proporcionaram o contacto com a historiadora americana e então diretora do *Journal of Family History*, Tamara Hareven, cujos conselhos foram preciosos para a conclusão da minha tese *Famílias Portuenses na viragem do século (1880-1910)*. A recusa em aceitar «uma história social abstrata e homogeneizada, desprovida de carne e de sangue, e não convincente, apesar do seu estatuto científico», nas palavras de Steven Kaplan⁴, levava-me a rejeitar tanto os modelos como as dicotomias tradicionais da historiografia, «indivíduo-sociedade», «local-global», «acontecimento-estrutura» e outras. E a regressar aos ensinamentos mais prosaicos e prudentes de Marc Bloch, prestando atenção à terra e aos homens, a todos os homens, na sua diversidade⁵, obviamente sem exclusão das mulheres, a par da revalorização das fontes documentais e do trabalho de arquivo. E, também, à perspectiva biográfica, então pouco na moda, mas que eu tentava reforçar, valendo-me dos ensinamentos de

⁴ Cit. por GINZBURG, Carlo — «O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico». In *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 171.

⁵ BLOCH, Marc — *Introdução à História*. 2.^a ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974, p. 28.

Ginzburg e de Bourdieu, com a análise intensiva da micro-história e com a indispensável contextualização.

Em 1994, no ano em que a Dulce realizou as suas provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, envolvi-me na criação de um novo centro de investigação, o Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, muito estimulado por um amigo comum, o geógrafo François Guichard, de Bordéus, que, em finais da década de 70, fundara, em colaboração com o historiador Luís Oliveira Ramos, o CENPA – Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia, um espaço de investigação e de intercâmbio científico entre o Porto e Bordéus. Com uma obra notável sobre o Porto e o Norte de Portugal, a demografia, a problemática regional, as questões de identidade e de fronteira, a região do Douro e o vinho do Porto, as minorias religiosas, entre outras temáticas, Guichard era uma personalidade agregadora, com um espírito humanista, aberto a todos os questionamentos e a todas as áreas do conhecimento, com uma capacidade de trabalho impressionante, tanto nas bibliotecas e arquivos como no terreno. As conversas sempre estimulantes com Guichard, que passava temporadas no Porto, marcaram uma geração de geógrafos, historiadores e sociólogos, em que eu e a Dulce nos incluíamos. Provavelmente, sem a influência e o estímulo do François Guichard, nunca me teria lançado no estudo da história do Douro e dos seus vinhos, das quintas, das empresas, das marcas. E talvez a Dulce também não tivesse trilhado o percurso difícil que seguiu desde então, com o estudo intensivo das práticas de consumo e das sociabilidades nas tabernas do Porto e de Gaia, das representações sociais do vinho e da formação de gostos, que viria a constituir a sua tese de doutoramento em Sociologia, apresentada à FLUP, em 2005, *Dimensão simbólica de uma prática social: consumo do vinho em quotidianos portuenses* (mais de 900 páginas), parcialmente publicada, em 2010, pelas Edições Afrontamento, com o título *Vinhos: arte e manhas em consumos sociais. A apreensão de uma prática sociocultural em contexto de mudança*.

Permitam-me que leia uma breve passagem de um texto da Dulce sobre consumos e sociabilidades nas tabernas, para se perceber em que mundo inóspito ela teve a coragem de penetrar e aí realizar, durante anos, a sua investigação de campo:

A taberna é um espaço eleito por excelência por uma população masculina. Espaço fechado, restrito em tamanho e acesso, por ele passam vidas tradicionais, vidas ambíguas, vidas tristes; mas nele passam também vidas bizarras, vidas agressivas, enfim, vidas que se passeiam. Não é fácil penetrar-se em espaços destes, onde a diferença aglutina olhares, interrogações, estranheza — tudo isso agravado ainda pela diferença sexual que impede a diluição da investigadora nas gentes habituais.

Espaço masculino por tradição, nele se particularizam tipos de sociabilidades com características específicas. Note-se que impera aqui uma apropriação agressiva do espaço, brusca, voluntariosa — que vai da postura corporal à manipulação transgressora da linguagem

*expressa pelo (ab)uso do calão e do vernáculo mais duro. Os clientes conhecem-se uns aos outros, dado o ponto comum da sua rotina diária que culmina num ponto de encontro sem necessidade de marcação prévia.*⁶

Entretanto, o François Guichard tinha falecido, tragicamente, em 2002. E, desde finais dos anos 90, eu tinha-me envolvido na preparação da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial e na instalação do Museu do Douro. Quando regresssei definitivamente à FLUP, em 2007, muitas coisas tinham mudado, e mudaram ainda mais a partir de então, nem sempre para melhor, com a integração no processo de Bolonha, o RJIES, a expansão dos cursos de 2.º e 3.º ciclos, as dificuldades financeiras da FLUP, a redução e envelhecimento do corpo docente, a criação dos serviços partilhados da UP, a deslocalização de funcionários, etc.

Nos últimos anos, sobretudo em 2016, as conversas com a Dulce acumularam momentos de desilusão e tristeza. Embora a Dulce trouxesse sempre o mesmo sorriso nos olhos e a esperança de melhores dias, não gostei de a ver com o lenço a cobrir-lhe a cabeça. Ficava-lhe bem, mas queria voltar a vê-la de cabelo solto, sem sinais da quimioterapia. Desgraçadamente, o tempo correu demasiado depressa contra ela. Em Outubro de 2016, um telefonema de uma amiga comum (se a memória não me trai, a Helena Vilaça), deixou-me em choque com a notícia da morte da Dulce...

A memória que dela guardo é a de uma colega generosa, sempre preocupada com os outros, a começar pelos estudantes. Por isso, fiquei contente quando soube da atribuição do seu nome a este Prémio, no último ano em que ainda trabalhei na FLUP. E fico-vos grato por se terem lembrado de mim na edição deste ano, e por me darem a oportunidade para recordar aqui a Dulce e os percursos cruzados que fizemos nesta Faculdade.

Permitam-me que finalize com algumas palavras sobre o livro⁷ que vai ser oferecido às estudantes premiadas. Trata-se de um livro em que procuro compreender a história de vida de um jovem dinamarquês, que se fixou no Porto com 15 anos, depois de ter fugido do barco em que seguia como grumete, e aqui deu origem quer a uma larga descendência, hoje espalhada por todo o país e por todo o mundo (EUA, Brasil, Chile, Inglaterra, França, Austrália, etc.), quer a uma empresa de sucesso. Não vou contar agora essa história, mas gostaria apenas de salientar que a abordagem biográfica que fiz procurou cruzar temporalidades diversas: o tempo individual e o tempo da família com o tempo empresarial e o tempo histórico, com atenção especial às transições, tal como aprendi com Tamara Hareven... Sem desprezar, claro, o nome, não só na perspectiva pessoal (mas que envolve identidades e relações múltiplas, no sentido que lhe deu a nossa querida Ana Luísa Amaral, num dos seus poemas — «Pergunto: o que há num nome? / De que espessura é feito se atendido, /

⁶ MAGALHÃES, Dulce — «Consumos e sociabilidades na taberna», *Revista de Sociologia*, 2001, p. 110.

⁷ PEREIRA, Gaspar Martins — *J. H. Andresen: a família, a empresa e o tempo (1841-1942)*. Porto: Edições Afrontamento, 2022.

que guerras o amparam, / paralelas?»⁸ —, mas sobretudo como nome de família e «capital social simbólico», na linha de Pierre Bourdieu, mesmo que muitos descendentes do primeiro Andresen já nem usem Andresen no apelido ou sobrenome. Mas reconhecem-se nele, guardam memórias dos seus ascendentes do Porto (basta ler o conto «Saga», de Sophia de Mello Breyner Andresen, ou a narrativa autobiográfica, *O Mundo à Minha Procura*, de Ruben A., ambos bisnetos de J. H. Andresen), trocam correspondência com «primos» e «primas», esforçam-se por manter a continuidade do «espírito de família» ou, nas palavras de Bourdieu, do «sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é ao mesmo tempo princípio afectivo de coesão, quer dizer adesão vital à existência de um grupo familiar e dos seus interesses»⁹.

Claro que, na perspectiva do «capital simbólico» que o nome representa, se poderia avançar para outra discussão, sobre a diferenciação social dos usos do nome, tanto nas elites como nas camadas populares, seja o nome de família seja o nome próprio, como aponta o final de um texto luminoso de Virgílio Borges Pereira, em que associa o nome de alguns líderes de associações de moradores do Porto, após o 25 de Abril de 1974, ao «crédito que inspira[va]m entre os seus vizinhos»¹⁰.

Seria uma longa conversa, que deixo para quando tivermos mais tempo.

Obrigado!

Porto, 7 de Dezembro de 2023
Gaspar Martins Pereira

Gaspar Martins Pereira. Professor aposentado do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Correio eletrónico: gasparmp@sapo.pt. Contacto telefónico: 934 079 245. Endereço de correspondência: Rua Faria Guimarães, 661 - 3.º D.to / 4200-291 PORTO

⁸ AMARAL, Ana Luísa — *What's in a name?* Lisboa: Assírio & Alvim, 2017, p. 24.

⁹ BOURDIEU, Pierre — «À propos de la famille comme catégorie réalisée». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 100, Dezembro de 1993, p. 34.

¹⁰ PEREIRA, Virgílio Borges — «Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu». In MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Virgílio Borges (org.) — *A Política em Estado Vivo. Uma visão crítica das práticas políticas*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 251.